



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

14 de julho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>14 / 07 / 2017</i>	Página	<i>01</i>
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

HONORIO MOREIRA/IMP.DA PRESS



Procurador-Geral, Luiz Gonzaga, durante visita ao grupo **O Imparcial**

Ministério Público premiará matérias

Abertas até 30 de novembro
as inscrições para a
primeira edição do Prêmio
MPMA de Jornalismo.

GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 14 / 07 / 2017	Página 02	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

VISITA.....

Primeira edição do Prêmio MPMA de Jornalismo

Seguem abertas até 30 de novembro as inscrições para a primeira edição do Prêmio MPMA de Jornalismo. O objetivo da premiação é dedicar espaço aos melhores trabalhos jornalísticos que envolvam a atuação da Instituição veiculados por websites, jornais e emissoras de rádio e televisão. Podem participar do concurso os profissionais de comunicação com registro profissional, com matérias veiculadas a partir do dia 15 de maio deste ano.

Em visita ao grupo **O Imparcial**, o procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, destacou a importância da atividade jornalística para a sociedade e o combate à corrupção. "A imprensa sempre atuou na defesa da cidadania

como agente de transformação social. Várias matérias vão ao ar e são divulgadas através da imprensa, que é uma grande parceira [do MPMA]", comentou o procurador.

O tema do Prêmio MPMA de Jornalismo é "A importância da atuação do MP para a sociedade". Serão premiadas matérias de jornalismo impresso, tele, rádio e webjornalismo, cujas pautas estejam relacionadas à defesa dos interesses sociais, nas áreas de meio ambiente, combate a organizações criminosas, infância, juventude e educação, patrimônio público, cidadania, consumidor, criminal, controle externo da atividade policial, saúde, pessoa com deficiência, idosos, conflitos agrários, habitação e urbanismo, direitos humanos e

violência doméstica.

"Nós não podemos criminalizar a política"

Em visita ao grupo **O Imparcial**, o procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, destacou ainda os trabalhos realizados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão que deram ao órgão o status de finalista do Prêmio Eixo Central de Combate à Corrupção e Sonegação Fiscal. "Nós temos um lado, o lado do bem. Quem estiver do outro lado vai ser extirpado", comentou o procurador. Luiz Gonzaga fez ainda um alerta, ao falar sobre a crise política que tem assolado o Brasil: "Nós não podemos criminalizar a política".



Procurador-Geral, Luiz Gonzaga, sendo recebido por Pedro Henrique, Pedro Freire e Raimundo Borges



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	14 / 07 / 2017	Página	09

Procurador-geral de Justiça visita JP e faz balanço de primeiro ano de gestão

Em visita ao Jornal Pequeno, o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, fez um balanço do primeiro ano de gestão à frente do Ministério Público do Maranhão (MPMA), iniciada em junho de 2016. Ele frisou os avanços obtidos pelo MPMA nas duas gestões consecutivas da ex-procuradora-geral Regina Rocha, que o antecedeu, e dos desafios impostos à instituição em face da conjuntura vigente. Durante a visita, o procurador-geral conversou com o diretor de Redação do JP, Lourival Bogéa, e com o editor da Página Gospel, José Ribamar Bogéa Filho, a quem mencionou as realizações da sua gestão, destacando a especial atenção ao combate à corrupção, a implementação de atitudes sustentáveis com o objetivo de aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos no âmbito do MPMA, o foco na melhoria da qualidade do atendimento à sociedade e as

parcerias firmadas com outras instituições. “Acho que estamos no caminho certo. Em todo o País, a atuação do Ministério Público é cada vez mais exemplar, mostrando que ninguém está acima da lei. Agora, isso sangra, porque essa crise política gera crise econômica. Mas também deixa evidente que o Brasil carece de uma reforma política profunda. Porque o uso do caixa 2 era uma cultura que estava impregnada em todos os partidos”, ressaltou Luiz Gonzaga Coelho. **PRÊMIO DE JORNALISMO** Ele aproveitou a visita ao jornal para divulgar o 1º Prêmio MPMA de Jornalismo, criado com o objetivo de estimular a produção jornalística e o debate sobre a transformação social. O tema do concurso é “A importância da atuação do MP para a sociedade”. Os interessados podem inscrever trabalhos veiculados de 15 de maio a 31 de outubro de 2017, nas categorias jornalismo



O procurador-geral Luiz Gonzaga Martins, com os jornalistas Manoel Santos Neto, Ribamar Bogéa Filho e Lourival Bogéa

impresso, telejornalismo, radiojornalismo e webjornalismo. A participação é aberta aos profissionais de comunicação com registro profissional. As inscrições serão encerradas no dia 30 de novembro. As matérias devem abordar as seguintes áreas de trabalho do Ministério Público: meio ambiente; combate a organizações criminosas; infância, juventude e educação; patrimônio público; cidadania; consumidor; criminal; controle externo da atividade policial; saúde; pessoa com deficiência; idosos; conflitos agrários; habitação e urbanismo; direitos humanos e violência doméstica. A Comissão Julgadora será

composta por membros do MPMA, representantes da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Coordenadoria de Comunicação, Sindicato dos Jornalistas e Universidade Federal do Maranhão. Os três melhores trabalhos de cada categoria serão premiados. O primeiro colocado receberá R\$ 3 mil, o segundo R\$ 2 mil e o terceiro R\$ 1 mil. Além da premiação em dinheiro, os vencedores receberão certificados de participação e troféus. A solenidade de premiação será realizada durante a programação do Congresso Estadual do Ministério Público, em dezembro deste ano.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	<i>Bastidores</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>14</i> / 07 / 2017	Página	<i>03</i> <input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

I O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, diz que a instituição está atuando fortemente no combate à corrupção e à agiotagem, tendo núcleos especializados nessas áreas. Os promotores são orientados a acompanhar parí passu as gestões municipais, orientando-as e acionando-as na Justiça contra más práticas de governo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	11 / 07 / 2017	Página	3
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

RÁPIDA

Excedentes de concurso do MPMA são convocados

Por meio de três editais
(03/2017, 04/2017 e 05/2017),

foi tornada pública a convocação
de candidatos excedentes
aprovados no último concurso
para os cargos de analista
ministerial das áreas de
Contabilidade, Serviço Social e
Engenharia Civil, em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA	<i>14 / 07 / 2017</i>	Página	<i>01</i>

DE VOLTA À CENA

Lidiane é acusada de fraude em compra de 260 caixões

Conhecida por sua fama de ostentar luxo na web, ex-prefeita de Bom Jardim, Lidiane Leite, é acionada pelo Ministério Público por fraude em licitação de serviço funerário.

POLÍTICA





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	14 / 07 / 2017	Página	05

"Prefeita ostentação" volta à cena

Conhecida por sua fama de ostentar luxo na web, ex-prefeita de Bom Jardim, Lidiane Leite, é acionada pelo Ministério Público por fraude em licitação de serviço funerário

PAULO DE TARSO JR.

Uma vida de muito luxo e sempre exposta nas redes sociais. Foi desta maneira que Lidiane Leite da Silva, ex-prefeita da cidade de Bom Jardim, ficou conhecida no país afora muito por ostentar, sem nenhum tipo de pudor, todas as riquezas adquiridas enquanto gestora municipal. Enquanto exibia tanto luxo na web, a população de Bom Jardim era quem mais sofria com dificuldades. E, após algum tempo longe dos holofotes da imprensa, eis que Lidiane Leite, a "prefeita ostentação", volta a ser notícia. Agora, foi a vez de o Ministério Público do Maranhão atuar, contra ela, uma Ação Civil Pública (ACP) por atos de improbidade administrativa por fraude em licitação de serviço funerário.

Além da ex-prefeita, o ex-secretário de Articulação Política, Humberto Dantas dos Santos; o ex-pregueiro da Comissão Permanente de Licitação, Marcos Paes Ferreira França; a Funerária São João e a proprietária da empresa, Rosyane Silveira Leite, foram acionados devido a esta nova fraude na administração da "prefeita ostentação", que comprou urnas funerárias aos montes. Para o MPMA, o objetivo desta licitação era de desviar recursos e beneficiar os denunciados.

O MPMA pediu, liminarmente, ao Poder Judiciário, a indisponibilidade dos bens dos denunciados para garantir o ressarcimento aos cofres públicos de R\$ 135 mil, em caso de condenação, além do pagamento de multa que pode chegar até três vezes este valor. Também foi pedida a condenação deles por improbidade administrativa, o que incluiria perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Pregão

Em 2013, durante a gestão de Lidiane Leite, a Prefeitura de Bom Jardim realizou um pregão presencial. O objetivo era adquirir 265 urnas funerárias para o município, classificadas em três modelos: populares (220), luxo (25) e superluxe (20). O problema de acordo com a Promotoria de Justiça de Bom Jardim, foi a tal classificação das urnas, que seriam distribuídas conforme o poder econômico ou o prestígio político-social do destinatário.

Para o promotor Fábio Santos Oliveira, a administração municipal desrespeitou os princípios da administração pública da moralidade, impessoalidade, legalidade e eficiência.



A soma da quantidade de urnas compradas resulta em 265 urnas funerárias, ou seja, seria preciso morrer 265 pessoas hipossuficientes, em Bom Jardim, durante um ano, para haver a necessidade de licitar tantas urnas

Fábio Santos Oliveira,
promotor de Justiça

Lidiane Leite ficou conhecida nacionalmente após ostentar luxo nas redes sociais

NÚMEROS

Atualmente, a quantidade de urnas adquiridas pela Prefeitura de Bom Jardim está bem distante da realidade do município. O MPMA se baseou em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fundamentar seu parecer contra a gestão de Lidiane Leite. De acordo com o IBGE, a taxa de mortalidade no Brasil, nos últimos dez anos, varia de 6,10 a 6,02 mortes para cada 10 mil habitantes. Em uma cidade como Bom Jardim, com aproximadamente 40 mil habitantes, há 24 mortes por ano e 95 em quatro anos, período em que dura um mandato de prefeita. "Mas no caso de Bom Jardim, são mais de 265 mortes por ano como hipossuficientes, necessitando, a cada ano, a contratação de urnas extras. Superfaturada 11 vezes, apenas considerando a quantidade de urnas."

Além disso, a quantidade de urnas funerárias impressiona.

"Não só nisso reside os vícios do referido certame. A soma da quantidade de urnas compradas resulta em 265 urnas funerárias, ou seja, seria preciso morrer 265 pessoas hipossuficientes, em Bom Jardim, durante um ano, para haver a necessidade de licitar tantas urnas", afirmou o promotor de Justiça.

Parecer

A Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça detectou várias irregularidades no processo licitatório, como ausência de justificativa para contratação, emitida pela autoridade competente. A ausência de pesquisa de preço para composição do orçamento base da licitação; ausência de comprovação de publicação do resumo do edital na internet e em jornal de grande circulação também são pontos que não fizeram parte desta licitação em Bom Jardim.

O MPMA também detectou que o parecer jurídico sobre os autos do edital e do contrato foi emitido em 13 de março de

2013, porém o edital é de 15 de fevereiro de 2013. O Termo de Referência é de 28 de fevereiro e a autorização do certame tem data de 6 de março de 2013.

Segundo o promotor de Justiça Fábio Oliveira, o fato de o parecer jurídico, o termo de referência e a autorização do certame terem sido produzidos com data posterior à data do edital comprova que o pregão foi um procedimento montado para desviar recursos e beneficiar os denunciados.

Além disso, a Funerária São João deixou de apresentar a certidão negativa de dívida ativa do município e a certidão negativa do IPTU. Outro problema foi a emissão da certidão de regularidade do FGTS após 20 dias da abertura das propostas e 19 dias após a celebração do contrato.

"Esta é uma prova evidente da incidência de fraude, pois, ou o credenciamento se deu em data posterior à data da sessão, e foi utilizado apenas para dar aparência de legalidade ao certame, ou os documentos de habilitação foram inseridos em momento posterior ao recebimento do credenciamento,

sem se fazer qualquer ressalva, justamente para esconder seus vícios e o direcionamento da licitação", avaliou, na ACP, o promotor de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>14</i> / 07 / 2017	Página	<i>01</i>
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**Ex-prefeita 'ostentação' é
acionada por fraude em
licitação de serviço funerário**

Pag.07





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 14 / 07 / 2017	Página 08	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ex-prefeita 'ostentação' é acionada por fraude em licitação de serviço funerário

MP do Maranhão também acionou o ex-secretário de Articulação Política, o ex-pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação, a Funerária São João e a proprietária da empresa.



Lidiane Leite, ex-prefeita de Bom Jardim (MA)

O Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública contra a ex-prefeita do município de Bom Jardim, a 275 km de São Luís, por suspeita de ilegalidade na contratação de empresa especializada em serviços funerários.

A contratação ilegal da empresa para atender a população

de Bom Jardim no valor de R\$ 135 mil, motivou o Ministério Público do Maranhão a ajuizar a ação por atos de improbidade administrativa.

Além de Lidiane, o MP acionou também o ex-secretário de Articulação Política, Humberto Dantas dos Santos; o ex-pregoeiro da Comissão Per-

manente de Licitação, Marcos Fae Ferreira França; a Funerária São João e a proprietária da empresa, Rosyvane Silva Leite.

O pregão presencial, promovido pela Prefeitura de Bom Jardim, em abril de 2013, previa o fornecimento de 220 urnas funerárias populares, 25 classificadas de "luxo e 20

"superluxo".

Na avaliação do titular da Promotoria de Justiça de Bom Jardim, Fábio Santos Oliveira, ao adquirir urnas classificadas conforme o poder econômico ou o prestígio político-social do destinatário, a administração municipal desrespeitou os princípios da administração pública da moralidade, impessoalidade, legalidade e eficiência.

"Não só nisso residem os vícios do referido certame. A soma da quantidade de urnas compradas resulta em 265 urnas funerárias, ou seja, seria preciso morrer 265 pessoas hipossuficientes, em Bom Jardim, durante um ano, para haver a necessidade de licitar tantas urnas", afirmou o promotor de justiça.

Segundo dados do IBGE, a taxa de mortalidade no Brasil, nos últimos dez anos, varia de 6,10 a 6,02 mortes para cada 10 mil habitantes. Em uma cidade como Bom Jardim, com aproximadamente 40 mil habitantes, há 24 mortes por ano e 98 em quatro anos. "Mesmo que os réus considerassem todos os 24 mortos no ano como hipossuficientes, necessitados, a contratação de urnas estaria superfaturada 11 vezes, apenas considerando a quantidade de urnas".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	4 / 07 / 2017	Página	3
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Lidiane outra vez

A contratação irregular de uma funerária, no valor de R\$ 135 mil, para atender a população de Bom Jardim, motivou o MPMA a ajuizar nova ação civil contra a ex-prefeita Lidiane Leite por atos de improbidade administrativa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 14 / 07 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ex-prefeita 'ostentação' é acionada por fraude em licitação de serviço funerário

O Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública contra a ex-prefeita do município de Bom Jardim, a 275 km de São Luís, por suspeita de ilegalidade na contratação de empresa especializada em serviços funerários.

Lidiane Leite ficou conhecida nacionalmente como a "prefeita ostentação" após mostrar uma vida de luxo nas redes sociais. Em abril, a Justiça pediu a indisponibilidade de bens dela por fraude de licitação de R\$ 480 mil para aquisição de fardamento escolar para a rede municipal de educação.

A contratação ilegal da empresa para atender a população de Bom Jardim no valor de R\$ 135 mil, motivou o Minis-

tério Público do Maranhão a ajuizar a ação por atos de improbidade administrativa.

Além de Lidiane, o MP acionou também o ex-secretário de Articulação Política, Humberto Dantas dos Santos; o ex-pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação, Marcos Fae Ferreira França; a Funerária São João e a proprietária da empresa, Rosyvane Silva Leite.

O pregão presencial, promovido pela Prefeitura de Bom Jardim, em abril de 2013, previa o fornecimento de 220 urnas funerárias populares, 25 classificadas de "luxo e 20 "superluxo".

Na avaliação do titular da Promotoria de Justiça de Bom Jardim, Fábio Santos Oliveira,

ao adquirir urnas classificadas conforme o poder econômico ou o prestígio político-social do destinatário, a administração municipal desrespeitou os princípios da administração pública da moralidade, impessoalidade, legalidade e eficiência.

PARECER - A documentação do processo licitatório foi analisada pela Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, que detectou irregularidades como ausência de justificativa para contratação, emitida pela autoridade competente; ausência de pesquisa de preço para composição do orçamento base da licitação; ausência de comprovação de publicação do resumo do edital na internet e em jornal de grande circulação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
DATA 14 / 07 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

CASO CONSTAN

Justiça inocenta Roseana Sarney de acusações de lavagem de dinheiro

A Justiça decidiu absolver a ex-governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, das acusações de lavagem de dinheiro e associação criminosa, referentes ao caso Constran. Além dela, também foi absolvida pelo mesmo caso a ex-procuradora geral do Estado, Helena Haickel, que na ação ganhou notoriedade graças a prisão do Alberto Youssef.

Em maio deste ano, o promotor de Defesa do Patrimônio Público e Probidade Lindonjohnson Gonçalves, aditou a denúncia do "Caso Constran" para tentar incluir o nome da ex-governadora Roseana Sarney e da ex-procuradora geral do Estado, Helena Haickel, na Ação.

Segundo o juiz da 3ª Vara Criminal Terceira Vara Criminal de São Luís que proferiu a sentença, Clésio Coelho Cunha, o Ministério Público Estadual (MPE) não apresentou provas que justificassem a participação de Roseana Sarney nas denúncias oferecidas pelo MPE sobre a sua participação nos crimes.

"Verifico que a peça acusatória de adição é inepta



A Justiça decidiu absolver a ex-governadora do estado do Maranhão, Roseana Sarney

por ser genérica e não individualizar quais as condutas praticadas pelas denunciadas que se amoldariam aos tipos penais descritos no aditamento da denúncia. A narrativa é vazia. Índícios não são meras conjecturas. Há de se descrever minuciosamente as condutas criminosas apontadas pelo Ministério Público. No que concerne ao crime de lavagem de dinheiro, não se aponta qual teria sido o ato concreto apto a caracterizar tal crime. Não se demonstrou

um ato sequer que pudesse ser atribuído às denunciadas com o intuito deliberado de dissimular a origem de recursos", disse o juiz.

O magistrado também pontuou que a decisão foi alicerçada pela PGE e pela própria Justiça, que homologou pareceres referente ao pagamento de precatórios para a Constran. "O simples fato de à época ser Chefe do Poder Executivo Estadual, não a torna responsável universal por todos os atos praticados

pela Administração Pública, mormente quando o ato é antecedido por pareceres da Procuradoria Geral de Justiça e homologado pelo próprio Poder Judiciário, através de acordo judicial. Tal tipo de entendimento deve ser reafirmado com veemência do Direito Penal, na medida em que seria mais uma hipótese de responsabilização objetiva, algo repugnável dentro de um sistema de justiça com índole democrática, como o nosso pretende ser".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	11 / 07 / 2017	Página	3
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Juiz Clésio Cunha absolve Roseana de denúncia do 'Caso UTC/Constran'

OSWALDO VIVIANI

O juiz Clésio Coêlho Cunha, auxiliar respondendo pela 3ª Vara Criminal, absolveu sumariamente a ex-governadora Roseana Sarney Murad (PMDB) da denúncia do chamado "Caso UTC/Constran", formulada pelo promotor de Justiça Lindonjonson Gonçalves de Sousa, titular da 28ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa. A ex-procuradora-geral do Estado Helena Maria Cavalcanti Haickel também foi inocentada. Outros 10 réus (inclusive a empreiteira UTC/Constran) continuam respondendo ao processo (veja lista abaixo). No fim de abril de 2017, Lindonjonson aditou uma ação no caso e incluiu a ex-governadora e a ex-procuradora-geral no rol de denunciados, acusando-as de suposto recebimento de propina de R\$ 3 milhões do doleiro Alberto Youssef, que seria o intermediário entre a UTC/Constran e o governo do Maranhão para o recebimento de propina de R\$ 3 milhões por parte do governo em troca da liberação à empreiteira do precatório de R\$ 113 milhões, dos quais R\$ 33 milhões foram efetivamente pagos. O pagamento, de acordo com o MP, foi feito "fora da ordem legal do precatório" ("furando fila"). O processo original é de 2015 e nele já apareciam outros 10 réus, além de Roseana. Ao decidir sobre o caso, Clésio julgou inepta a denúncia em relação a Roseana Sarney e Helena Haickel destacou que em nenhum momento o MP apontou fatos novos, nem condutas que indicassem ilícitos. "Verifico que a peça acusatória



Roseana Sarney, segundo o juiz Clésio Cunha, não poderia ser condenada por praticar atos precedidos de pareceres da PGE e, ainda, homologados pela Justiça

de adição é inepta por ser genérica e não individualizar quais as condutas praticadas pelas denunciadas que se amoldariam aos tipos penais descritos no aditamento da denúncia. A narrativa é vazia. Indícios não são meras conjecturas. Há de se descrever minuciosamente as condutas criminosas apontadas pelo Ministério Público. No que concerne ao crime de lavagem de dinheiro, não se aponta qual teria sido o ato concreto apto a caracterizar tal crime. Não se demonstrou um ato sequer que pudesse ser atribuído às denunciadas com o intuito deliberado de dissimular a origem de recursos", destacou. Segundo o magistrado, Roseana não poderia ser condenada por praticar atos precedidos de pareceres da PGE e, ainda, homologados pela Justiça. "O simples fato de à época ser Chefe do Poder Executivo Estadual não a torna responsável universal por todos os atos praticados pela Administração Pública, mormente quando o ato é antecedido por pareceres da

Procuradoria Geral de Justiça e homologado pelo próprio Poder Judiciário, através de acordo judicial", completou Clésio Cunha. Para o magistrado, ao imputar crime à ex-governadora, o MP estaria imputando crime, também, a todos o que "de alguma forma avalizaram o acordo para pagamento dos valores devidos pelo Estado do Maranhão".
MESMO JUIZ
O juiz Clésio Coêlho Cunha é o mesmo que, em março deste ano, então respondendo pela 7ª Vara Criminal de São Luís, também absolveu sumariamente Roseana Sarney da acusação de desvios de recursos na Saúde, usados para construir 64 hospitais no interior maranhense. Os hospitais teriam sido superfaturados e as licitações para as obras, fraudadas. O dinheiro desviado — quase R\$ 2 milhões — teria sido usado na campanha política da peemedebista em 2010, segundo o MP. A denúncia do caso dos 64 hospitais também foi formulada pelo promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa.

RÉUS DO CASO UTC/CONSTRAN QUE CONTINUAM RESPONDENDO AO PROCESSO

1. **JOÃO GUILHERME ABREU**, ex-secretário da Casa Civil;
2. **JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL**, ex-secretário de Estado do Planejamento e Orçamento;
3. **ALBERTO YOUSSEF**, doleiro;
4. **CONSORCIO CONSTRAN-UTC SAO MANOEL**, pessoa jurídica;
5. **MARCOS ANTÔNIO DE CAMPOS ZIEGERT**, o 'Marcão', que teria participado da entrega da propina ao governo maranhense;
6. **WALMIR PINHEIRO SANTANA**, diretor da UTC;
7. **RICARDO RIBEIRO PESSOA**, dono da UTC;
8. **AUGUSTO CESAR RIBEIRO PINHEIRO**, diretor da UTC;
9. **ADARICO NEGROMONTE FILHO**, também teria participado da entrega de propina ao governo maranhense;
10. **RAFAEL ÂNGULO LOPEZ**, igualmente teria participado da entrega de propina ao governo maranhense.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 14 / 07 / 2017	Página 03	() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea () Positiva () Negativa	

Roseana é absolvida de acusação no Caso Constran

Ex-governadora era acusada em processo assinado pelo promotor de Justiça Lindonjonson de Sousa; juiz Clésio Coelho Cunha afirmou que peça era genérica

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O juiz Clésio Coelho Cunha, da 3ª Vara Criminal de São Luís, absolveu sumariamente a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) de denúncia de suposto recebimento de propina, no chamado "Caso Constran".

A acusação havia partido do promotor de Justiça Lindonjonson de Sousa, titular da 28ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa.

Na decisão, o magistrado também absolveu a ex-procuradora-geral do Estado Helena Haickel, acusada pelo MP no mesmo processo.

O juiz Clésio Coelho julgou inepta a denúncia em relação a Roseana e Helena e enfatizou que em nenhum momento o MP apresentou fatos novos em relação ao caso, nem condutas que indicassem lavagem de dinheiro ou corrupção passiva.

"Verifico que a peça acusatória de adição é inepta por ser genérica e não individualizar quais as condutas praticadas pelas denunciadas que se amoldariam aos tipos penais descritos no aditamento da denúncia. A narrativa é vazia. Indícios não são meras conjecturas. Há de se descrever minuciosamente as condutas criminosas apontadas pelo Ministério Público. No que concerne ao crime de lavagem de dinheiro, não se aponta qual teria sido o ato concreto apto a caracterizar tal crime. Não se demonstrou um ato sequer que pudesse ser atribuído aos denunciados com o intuito deliberado de dissimular a origem de recursos", pontuou.

Para o juiz, a premedebista não



Roseana vem sendo absolvida de processos criados por dinistas

poderia ser condenada por praticar atos precedidos de pareceres da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e homologados pela Justiça.

"O simples fato de à época ser chefe do Poder Executivo Estadual, não a torna responsável universal por todos os atos praticados pela administração pública, mormente quando o ato é antecedido por pareceres da Procuradoria Geral de Justiça e homologado pelo próprio Poder Judiciário, através de acordo judicial", completou.

Para o magistrado, ao imputar crime à ex-governadora, o MP estaria imputando crime, também, a todos os que "de alguma forma avalizaram o acordo para pagamento dos valores devidos pelo Estado do Maranhão".

Constran

Na denúncia à Justiça, o MP acusava a ex-governadora e outras 10 pessoas de liberar o pagamento de um precatório ao consórcio UTC/Constran mediante o recebimento de propina. Ao todo, se-

SAIBA MAIS

Segundo processo arquivado

Esse foi o segundo processo relacionado à atuação do dileiro Alberto Yousseff no qual Roseana Sarney é inocentada. Em novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) já havia mandado arquivar inquérito aberto contra ela no âmbito da Lava Jato a partir de acusação do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa - primeiro delator do esquema.

riam R\$ 6 milhões.

A liquidação, de acordo com o MP, teria sido feita "fora da ordem legal do precatório", após pagamento de propina pelo dileiro Alberto Yousseff - que a atuava em nome da Constran.

Dino montou comissão para investigar caso em seu governo

O governador Flávio Dino (PCdoB) instituiu uma comissão logo no seu primeiro dia de mandato, em 1º de janeiro de 2015, e anunciou no ato da posse, a constituição de uma comissão para apurar regularidade do pagamento do precatório nº 14297/2010, que tinha como credor a empresa Constran S/A - Construção e Comércio e ente devedor o Estado do Maranhão.

Além da comissão para a investigação - que deu início ao Caso Constran -, ele determinou a suspensão do pagamento de "quaisquer valores referentes ao acordo celebrado para suposta quitação do precatório". O ato do Executivo se deu por meio do decreto número 30.614/2015.

A comissão criada por Flávio Dino era formada pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle - na condição de coordenador do colegiado -, pela Procuradoria-Geral do Estado e Casa Civil.

"A Comissão deverá solicitar documentos e esclarecimentos junto à Polícia Federal, à Justiça Federal do Paraná, à Procuradoria-Geral da República, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal e apresentar relatório conclusivo ao Governador do Estado; Parágrafo Único: A comissão irá examinar todos os atos e procedimentos administrativos que resultaram na celebração do citado acordo, sugerindo, se for o caso, medidas judiciais e administrativas visando ao ressarcimento ao erário", dizia a nota. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA <i>14</i> / 07 / 2017	Página <i>03</i>	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Em causa própria

Membros da OAB-MA foram a Pedrinhas esta semana para uma visita específica a uma sala no complexo penitenciário.

Os representantes da Ordem foram verificar as condições da chamada "Sala do Estado Maior" do presídio, onde está preso um advogado.

O membro da OAB foi preso durante operação que desbaratou quadrilha de corrupção formada também por policiais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	14 / 07 / 2017	Página	08

Por que não sabemos quantos presos há no Brasil

BBC Brasil acompanhou a situação na penitenciária de Pedrinhas, em São Luís, ano passado, onde houve grande onda de violência

O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo - e, atualmente, essa é um dos poucos dados conhecidos sobre o sistema penitenciário brasileiro, segundo especialistas. Isso porque, desde 2014, o Ministério da Justiça não divulga informações sobre a população dos presídios no país.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen, que trazia dados quantitativos (e alguns qualitativos) sobre o sistema foi criado em 2004 e era divulgado semestralmente. No entanto, desde dezembro de 2014, não houve qualquer atualização de dados.

A falta de informações vem à tona em situações como a violenta rebelião no presídio de Alcaçuz (região metropolitana de Natal). Mesmo seis meses após o massacre, o número de mortos ainda é incerto, porque as contas não fecham. O número oficial é de 26 vítimas, mas há 11 presos, segundo o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que estavam no presídio, mas não constam nem na lista de fugitivos, nem na de mortos e nem na de transferidos para outras penitenciárias.

“No Rio Grande do Norte foi um diz-que-diz sobre quantidade de pessoas que morreram. Até hoje, a gente não sabe nem isso. Me lembrou uma coisa grave da época do massacre do Carandiru, que se fala em 111 pessoas mortas, mas pessoas que costumavam frequentar o presídio com regularidade falam que tinha muito mais. E a gente não sabe. Uma conta simples de quantas pessoas tinham, quantas ficaram”, disse à BBC Isabel Figueiredo, ex-diretora da Secretaria Nacional de Segurança Pública de 2011 a 2014 e integrante do



Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Questionado pela reportagem, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) afirmou que “as informações solicitadas não estão disponíveis no momento, pois as mesmas dependem da conclusão do levantamento estatístico correspondentes aos anos de 2015 e 2016, que ainda se encontra em andamento”.

A BBC Brasil apurou, porém, que os dados dos últimos dois anos já teriam sido compilados e entregues ao Depen - o órgão, no entanto, ainda não divulgou as informações atualizadas. O departamento alega que um novo sistema está em implementação para o acesso aos dados.

“Está em vias de implantação uma ferramenta denominada SISDEPEN, Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional, na qual será possível o acesso às informações do Sistema Prisional tanto na sua forma quantitativa, conforme apresentada nos relatórios estatísticos atuais, como qualitativa, permitindo o cadastro das informações dos custodiados em caráter

individual.”

‘Tiro no escuro’

Segundo especialistas ouvidos pela reportagem, os dados do Infopen são necessários para a criação de políticas públicas para o sistema penitenciário, e a ausência deles faz com que ações pensadas neste contexto sejam “um tiro no escuro”.

“A gente tem dados muito ruins da segurança pública no Brasil, tanto do Judiciário, quanto da parte penitenciária. Mas chama a atenção o retrocesso, porque a gente tinha regularidade na divulgação desses dados e ela se perdeu”, afirmou Figueiredo.

“E o problema disso é que a gente navega no escuro, sem saber para onde está indo e com quem está lidando. O Depen estava numa mudança de método de coleta, mas o sistema estava praticamente pronto no ano passado já. Houve uma troca de equipe com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas essa equipe já está há mais de um ano aí. Já era para ter mostrado essas informações.”

Segundo dados revelados há três anos, o Brasil tinha a quarta maior população carcerária do mundo, com mais de

622 mil pessoas em regime de prisão - sendo que 41% delas ainda aguardavam julgamento. O déficit de vagas do sistema à época já ultrapassava as 250,3 mil.

Para Valdirene Daufembach, que foi diretora de políticas penitenciárias do Depen até novembro do ano passado, “é fundamental ter informações para direcionar políticas públicas”.

“Sem dados, a gestão pública, vai sempre atuar de maneira reativa, improvisada. As políticas não estão sendo planejadas a partir de informações fidedignas. Elas estão sendo ordenadas muito mais por providências que dão uma resposta imediatista, mas que não traz soluções a médio e longo prazo”, afirmou.

Para especialistas, a falta de dados sobre as penitenciárias do país põe em questionamento, a eficácia do novo Plano Nacional de Segurança, lançado pelo governo após a sequência de massacres no início do ano no Norte e Nordeste, e de uma das principais medidas propostas pelo Ministério da Justiça à época: a construção de mais presídios.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 14 / 07 / 2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

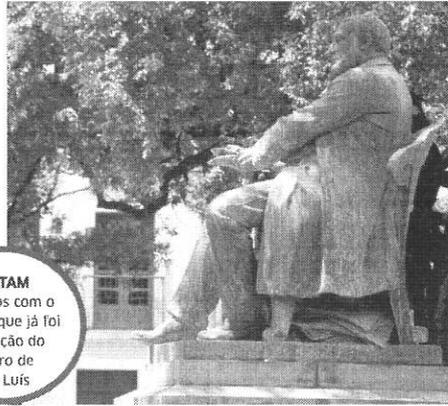
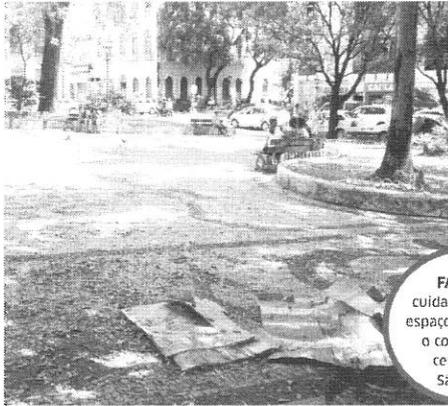
Esquecida e suja: Praça João Lisboa é penalizada pelo descaso

Logradouro histórico foi local de reunião de intelectuais que discutiam sobre os mais diversos assuntos; hoje, o espaço está sendo penalizado com a falta de conservação; lixo e moradores de rua ocupam o local; estátua precisa de cuidados

Feliciana Lisboa Guimarães levou sua filha, Nádia Alice Guimarães, para conhecer a Praça João Lisboa, no centro de São Luís, que o seu bisavô, Raimundo Carvalho Guimarães, costumava frequentar no período da tarde. Contudo, o logradouro de que esse imortal da Academia Maranhense de Letras (AML) tanto gostava hoje é penalizado com diversos problemas, reflexos do descaso da população e das autoridades públicas, que falam na conservação da praça.

Em tempos passados, a Praça João Lisboa foi o coração, alma e centro nervoso da cidade, onde funcionava um poderoso mecanismo de censura social. A praça ficou famosa por ter sido, durante muito tempo, o largo antigo, onde grupos de pessoas se reuniam todas as tardes para comentar a vida.

Lá, os intelectuais costumavam se encontrar para discutir arte, literatura e política. Por isso, um dos trechos do logradouro, também chamado como Praça da Liberdade, ficou conhecido como "senadinho".



Fotos/Paulo Soares

FALTAM
cuidados com o
espaço, que já foi
o coração do
centro de
São Luís

Infraestrutura

Porém, esse tempo áureo ficou no passado. O que se observa hoje é um espaço abandonado pelo poder público, com problemas de infraestrutura e sujeira pelo espaço. Apenas a estátua de bronze de João Lisboa, colocada no centro da praça, e que também carece de cuida-

dos, consegue chamar um pouco da atenção de transeuntes.

A praça tem um piso mosaica-do, que nos desenhos exibe um contraste entre a pedra clara e escura. Contudo, em vários espaços as pedras foram arrancadas, deixando apenas o espaço vago.

Alguns dos bancos de madeira

estão quebrados e, em outros, a infiltração está causando o apodrecimento da madeira. Esses mesmos bancos também servem como dormitório para moradores de rua. Muretas quebradas e com rachaduras completam o visual da praça.

O aposentado Antonio Dias lamenta o estado da Praça João Lis-

boa, principalmente no que diz respeito à limpeza do espaço.

"Não pode existir um negócio dessa natureza. Por onde você olha, há lixo. Antigamente, não era assim", disse.

Apesar dos problemas, ainda hoje a praça recebe diariamente um grande número de pessoas em

virtude das atividades realizadas nos prédios do seu entorno e que tem como frequentadores assíduos os aposentados e os jogadores de dama e dominó. O entorno imediato da praça dispõe de uma riqueza arquitetônica e histórica relevante, marcada nos casarões de inspiração lusitana.

A última reforma do logradouro aconteceu no período 2001/2002 e foi feita a renovação do piso, modificação dos canteiros de plantas e instalação de lixeiras. Desde então, apenas alguns serviços paliativos foram executados no local.

Por meio de nota, a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (Fumph) informou que a reforma da Praça João Lisboa está prevista com recursos do PAC Cidades Históricas, de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Já o Comitê Gestor da Limpeza Urbana comunicou que realiza, diariamente, varrição e coleta de lixo na praça durante o turno da noite. No entanto, o órgão se comprometeu em reforçar a fiscalização no local e promover a substituição das lixeiras danificadas, buscando otimizar a execução dos serviços. O comitê pediu o apoio da população e comerciantes locais para que evitem o descarte e acondicionamento de resíduos em locais fora do turno de coleta. ●

VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL

estadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	14 / 07 / 2017	Página	3

Governo apresenta ações de proteção aos direitos da criança e do adolescente

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu, há 27 anos, um conjunto de normas com objetivo de proteger a integridade da criança e do adolescente no Brasil. No Maranhão, o governador Flávio Dino assinou, durante a campanha eleitoral, termo de compromisso de garantia de políticas públicas para o segmento, que foram apresentadas em audiência pública, na manhã desta quinta-feira (13), no auditório do Convento das Mercês, em São Luís.

Mobilizada pelo Fórum Maranhense em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), a audiência teve como objetivo monitorar o cumprimento do "Termo de Compromisso: Criança e Adolescente, Prioridade Absoluta", com a participação de representantes das instituições que integram o fórum e diversas secretarias estaduais.

O psicólogo e ex-coordenador do Sistema Nacional de

Medidas Socioeducativas (SI-NASE) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Cláudio Augusto Vieira da Silva, participou do evento, relatando o percurso histórico do processo de redemocratização brasileira e as políticas públicas alcançadas na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Cláudio destacou também que na história política brasileira os retrocessos da democracia surgem em momentos de disputas de classe e que as políticas públicas na área dos direitos humanos são avanços conquistados em todo o mundo, orientados por organismos internacionais, como a Unicef.

O secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves da Conceição, participou da audiência representando o governador Flávio Dino e apresentou as principais ações estruturantes desenvolvidas pelo Governo do Maranhão em cumprimento ao termo de compromisso.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 14 / 07 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

NA CHEIROSA

Polícia Civil apresenta acusados por diversos crimes

A Polícia Civil do Maranhão em ações contra a criminalidade na região metropolitana de São Luís; prendeu 09 acusados na manhã desta quinta-feira (13). Eles são acusados por conta de praticarem diversos crimes. Fora apreendido ainda um adolescente infrator. Com eles foram apreendidos 26 peças de entorpecentes.

As prisões aconteceram de forma integrada com a participação da Seccional Leste, Oeste, Norte e Sul, a delegacia do 18º DP a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), A Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), e demais superintendências.

As prisões aconteceram com 09 prisões e ontem com outros 05 presos, nos



Os acusados foram apresentados na SSP na Vila Palmeira

bairros da Cidade Olímpica, Maiobão, Bom Jesus e adjacências.

Presentes o secretário Jefferson Portela; o delegado Geral Lawrence Mello;

subcomandante Jorge Luongo; Comandante do Campo 2 delegado Rodson Almeida.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	14 / 07 / 2017	Página	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia prende dupla suspeita de agir no desmanche de motos roubadas na Vila Kiola

Na tarde desta quinta-feira (13), policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM) efetuaram a prisão de dois homens suspeitos de participarem de desmanche de motocicletas roubadas. Com eles foram apreendidas diversas peças de motocicletas de origem desconhecida, além de uma certa quantidade de entorpecentes.

A prisão foi realizada após informações anônimas dando conta de que nas proximida-

des do campo de futebol da Vila Kiola tinha uma residência sendo utilizada como ponto de desmanche de motos roubadas e de tráfico de drogas, os policiais militares foram acionados e se deslocaram até o local, onde constataram a veracidade da denúncia.

Foram encontradas diversas peças de motocicletas espalhadas pela casa, incluindo uma motocicleta com numeração de chassi e motor su-

primidos, além de uma placa de uma moto que tinha sido registrada como roubo horas antes. No local os policiais militares apreenderam também drogas e munições de calibre de uso restrito.

Na ação foram detidos Alessandro Martins Teixeira, 21 anos, e Joseilson de Jesus de Sousa Camara, 24 anos. Ambos foram conduzidos à delegacia da Cidade Operária para providências cabíveis.

Motora é resgatado em aldeia indígena no Maranhão

A Polícia Federal (PF) no Maranhão informa que na manhã de terça-feira (11), duas equipes de policiais federais, com o apoio da 12ª Companhia Independente de Polícia Militar, realizaram missão de resgate na Aldeia Indígena Ximgorendá, da etnia urubucapores, no município de Maranhãozinho, de onde foi libertado o motorista terceirizado do Distrito Sanitário Especial Indígena no Maranhão (DSEI/MA), do Ministério da Saúde.

O motorista foi vítima de sequestro no último sábado (8), e mantido em cárcere privado por lideranças indígenas locais como forma de reivindicação acerca dos serviços de saúde prestados pelo DSEI na região.

Após negociação, acompanhada pelos indígenas da aldeia, o motorista foi libertado sem qualquer lesão corporal, sendo levado de volta ao Município de Zé Doca/MA.

Será aberto Inquérito Policial na Superintendência de Polícia Federal do Maranhão para investigar os fatos, sendo que as lideranças indígenas identificadas como coordenadoras da ação delituosa poderão ser enquadradas no crime de extorsão mediante sequestro, tipificado no artigo 159 do Código Penal Brasileiro.

Homem mata ex-mulher a marretadas em Timbiras

Um homem matou a mulher e em seguida tirou a própria vida, em Timbiras, na madrugada desta quinta-feira (13/07). O crime aconteceu no bairro Horta.

Maria Rodrigues de Azevedo, 29 anos, foi morta com uma marretada. O ex-companheiro, Francisco da Conceição dos Santos, 31 anos, usou um martelo para cometer o homicídio, e na sequência se matou com o tiro de espingarda disparado debaixo de seu próprio queixo, o corpo da

mulher foi encontrado já sem vida na cama aonde ela dormia, já o corpo de Francisco estava na cozinha.

O crime aconteceu no bairro Horta. Segundo informações de testemunhas, há poucos dias Maria Rodrigues havia se separado, mas Francisco inconformado não aceitou o fim do relacionamento e veio para dentro de casa tentando reatar o casamento, mas na verdade veio matá-la.

Os corpos foram encontrados por volta das 01h15 da

madrugada desta quinta-feira (13), e foram encaminhados para o IML de Timon-Ma. A família de Maria Rodrigues não queria que levassem o corpo, pois para trazer de volta é outro sacrifício.

O casal deixou (04) quatro filhos, três filhas e um filho, vizinhos ficaram chocados com a triste notícia que abalou todo o município de Timbiras.

Agora com essa morte sobe para (05) cinco o total de homicídios registrados somente este ano em Timbiras.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	14/07/2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

PF e PM resgatam motorista feito refém em aldeia no município de Maranhãozinho



Divulgação/PF

Policiais federais negociam a libertação do motorista, feito refém por índios urubu-caapores

As polícias Federal (PF) e Militar (PM) resgataram, na última terça-feira (11), da Aldeia Indígena Ximgorendá, na cidade de Maranhãozinho, o motorista do Distrito Sanitário

Especial Indígena (DSEI/MA), do Ministério da Saúde, cujo nome foi preservado. Ele havia sido sequestrado no último dia 8 e mantido em cárcere privado pelos índios, a partir de suas lideranças.

O motorista tinha sido capturado pelos indígenas, de acordo com a Comunicação Social da PF informou, "como forma de reivindicação acerca dos serviços de saúde prestados pelo DSEI na região". Felizmente, após negociação feita por duas equipes da Polícia Federal e da 12ª Companhia Independente da PM, a vítima foi liberada e entregue aos seus familiares.

Conforme a PF ressaltou, o motorista não apresentava qualquer lesão corporal, "sendo levado de volta ao município de Zé Doca". Um inquérito policial será aberto pela Polícia Federal para apurar o fato. Nesse processo, as lideranças indígenas envolvidas na captura da vítima, da etnia urubu-caapores, poderão responder por extorsão mediante sequestro. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	19 / 07 / 2017	Página	12

Oito membros de facção criminosa são presos em operação na Cidade Olímpica



G. Ferreira

Oito integrantes da facção COM foram apresentados ontem, na sede da Secretaria de Segurança

NELSON MELO

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA) apresentou, na tarde de ontem (13), oito presos em uma operação contínua realizada na Cidade Olímpica, em São Luís, que começou no início desta semana. Três dentre os presos são envolvidos em um duplo homicídio que vitimou dois cunhados. Mas, conforme as investigações, todos seriam integrantes da facção Comando Organizado do Maranhão (COM).

Foi explicado pelo delegado Gil Gonçalves, titular do 18º Distrito Policial (DP), Cidade Olímpica, que, com o apoio da Seccional Leste e 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM), capturaram, na terça-feira (11), Ronilson Lemos Silva, o "Pingo"; Leonardo Costa Filho, o "Léo Fuga", e Antônio Víctor Souza Campelo, o "Veron", investigados pelo assassinato a tiros de Flávio Araújo e Ivan Cantanhede Silva, em fevereiro deste ano, em um crime com características explícitas de execução.

Em desfavor desses três bandidos, havia mandados de prisão preventiva expedidos em função deste crime. Além deles, outro suspeito, de nome Talyson Costa Freire, o "Menor", foi detido por organização criminosa, igualmente por ser membro do COM, como o delegado Gil frisou. Em continuidade à operação, as equipes percorreram novamente a Cidade Olímpica ontem, prendendo Wellington dos Santos Lopes; José Alberth Silva dos Santos e Paulo César

Gomes dos Santos, todos com mandados de prisão por sentença condenatória. Em outro ponto do bairro, os policiais encontraram Georigton Augusto Vieira Serra, com uma pistola ponto 40, da Taurus, modelo PT 100, sendo que este homem confessou um homicídio, que teve como vítima Adeilton Silva Gomes, em março deste ano. E, ainda no decorrer das diligências, ocorreu a detenção de um adolescente de 15, que seria, também, integrante daquela facção criminosa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA		
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder			
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
DATA	14 / 07 / 2017	Página	04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Homem mata a mulher a golpe de martelo e se suicida, em Timbiras

Tragédia ocorreu na madrugada de ontem, após uma discussão entre o casal, que estava se separando e deixa quatro filhos; ele não aceitava a separação

LEANDRO SANTOS
Do equipe do O Estado

Um crime bárbaro chocou a população do município de Timbiras (distante aproximadamente 300 km de São Luís) na madrugada de ontem. Por não aceitar o término do relacionamento, um homem matou a companheira com um golpe de martelo na cabeça e, em seguida, se suicidou.

O caso aconteceu na comunidade Santarém, no bairro Mata. A Polícia Civil foi acionada por volta de 2h30 e, quando chegou ao local, se deparou com os corpos de Francisco da Conceição da Silva, de 31 anos, e de Maria Rodrigues de Azevedo, de 29 anos, no chão.

Discussão

De acordo com o delegado Gilvan Lucas de Sousa, da Delegacia de Timbiras, Francisco da Conceição não teria aceitado o término do relacionamento com a esposa. Durante uma discussão que os dois tiveram durante a madrugada, ele aceitou um golpe de martelo na cabeça de Maria Rodrigues, que morreu no local.

Após perceber o que fez, Francisco da Conceição pegou uma espingarda e tirou a própria vida, com um tiro no peito. "O motivo que levamos foi esse. Ele não estava aceitando o término do relacionamento", disse o delegado Gilvan Lucas.



Maria Rodrigues de Azevedo e Francisco da Conceição da Silva

Crime chocou a população de Timbiras

A polícia apurou preliminarmente que Francisco da Conceição era uma pessoa tranquila e que contra ele não havia nenhuma

queixa no que diz respeito à violência doméstica. Os corpos foram encaminhados para o Instituto Médico Legal (IML) e depois liberados para a família. O casal deixou quatro filhos.

Outras

Outras mortes também foram registradas no interior do estado nas

últimas horas. Na madrugada de ontem, Rogério Lima Cardoso, de 33 anos, foi assassinado por três pessoas por volta de 7h no município de Viana (distante aproximadamente 220 km de São Luís). A polícia acredita que o crime tenha relação com algum acerto de contas.

Ná na noite de quarta-feira, dia 12, na cidade de Imperatriz, um homem identificado como Manoel Barros Pinto, de 49 anos, foi vítima de um latrocínio (roubo seguido de morte) em seu estabelecimento comercial no bairro Imajuntas.

De acordo com a polícia, a vítima foi atingida por três disparos de arma de fogo, efetuados por criminosos que estavam em uma motocicleta. O veículo, no qual os assassinos estavam, havia sido roubado poucas horas antes no bairro Vin Caféira. Após o crime, os assaltantes fugiram, mas abandonaram a motocicleta. A polícia trabalha na identificação e prisão dos criminosos.

Também na noite de quarta-feira, foi assassinado Dingo Castro Silva, de 23 anos. Ele foi executado por dois indivíduos encapuzados, que estavam em uma motocicleta. O seu corpo foi encontrado nas proximidades de um matagal.

Na madrugada de ontem, no município de Presidente José Celso (distante aproximadamente 120 km de São Luís), foi assassinado João Pereira Lima, de 34 anos. As motivações para o crime, assim como os autores do delito, ainda estão sendo investigadas pela polícia.



Grupo envolvido em homicídios e tráfico de drogas preso na Olímpica

Polícia prende criminosos na Cidade Olímpica

Nove pessoas, com mandados expedidos pela Justiça, foram apresentadas ontem, na sede da SSP

Mais criminosos do bairro da Cidade Olímpica foram presos pela polícia. Na tarde de ontem, foram apresentados, no auditório da Secretaria de Segurança Pública (SSP), nove pessoas suspeitas de participação em delitos na região. Um adolescente também foi apreendido. Casos, foram encontradas 26 pedras de entorpecentes.

As prisões aconteceram de forma integrada com a participação das seccionais Leste, Oeste, Norte e Sul. 18º Distrito Policial: a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic); a Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) e demais superintendências.

Contra os envolvidos já existem mandados de prisão expedidos pela Justiça e todos foram levados por dois indivíduos encapuzados, que estavam em uma motocicleta. O seu corpo foi encontrado nas proximidades de um matagal.

Os meses de fevereiro e março foram considerados os mais violentos na Cidade Olímpica. Os números divulgados pela SSP revelam que ocorreram, em cada mês, quatro assassinatos. No dia 4 de fevereiro, por exemplo, foi registrado um duplo homicídio, e

as vítimas foram identificadas como Fábio Araújo Madeira, de 23 anos, e Ivan Ryanson Cantanhede Silva, de 38 anos.

A polícia registrou, ainda nesse mês a morte de Jairo Luis Santos do Nascimento, de 22 anos, no dia 12, e de Ana Beatriz Santos Rodrigues, de 16 anos. Segundo a polícia, a adolescente foi vítima de um tiro acidental, no dia 21.

No mês de março, os mortos foram Rafael Silva Amaral, de 26 anos, dia 11; José Raimundo Pereira Cantanhede, de 22 anos, dia 13; Lucas Rodrigues Costa, de 25 anos, dia 26; e Carlos Alberto Rodrigues Sales, de 44 anos, dia 27. Entretanto, o número apenas um homicídio no bairro, no dia 29, e a vítima foi: homônimo Carlos Santos, de 23 anos. Em abril, os mortos foram José Raimundo Castro, dia 6, e Gláucia Costa Rocha, dia 12.

No mês de maio, foram assassinados Huelson Gaspar Botelho Júnior, de 18 anos, dia 28, e Maria Júlia Sousa, de 41 anos. No mês passado, foram mortos Carlos Euzébio Gomes dos Santos, de 18 anos, dia 12; dois adolescentes, um de 17 anos, dia 19, e um de 15 anos, dia 24, e Alcides Santos Silva Filho, de 18 anos, dia 27.

Polícia Civil prende foragidos da Justiça

Em Penialva, foi preso Ângelo Mário dos Santos e, em Imperatriz, Alessandro Raul de Almeida

No município de Penialva (distante aproximadamente 300 km de São Luís), a Polícia Civil cumpriu, na manhã de ontem, um mandado de internação expedido contra Ângelo Mário dos Santos, de 20 anos, pelo crime de roubo qualificado com a utilização de arma de fogo, e concurso de duas ou mais pessoas, na época de adolescência.

De acordo com a polícia, o acusado é bastante conhecido na cidade de Penialva pela prática de roubo antes de completar a maioridade. O mandado desse época, mas só agora foi cumprido pela polícia. Ângelo Mário também é investigado pela prática de crimes contra o patrimônio após tornar-se adulto.

Após a equipe de policiais ser informada da localização acusada, foi montada uma operação na manhã de ontem para dar cum-

primento ao mandado. Ângelo Mário está provisoriamente custodiado na delegacia de Polícia Civil de Penialva e posteriormente será levado para São Luís para cumprir a medida imposta.

Imperatriz

Ná na cidade de Imperatriz (distante aproximadamente 700 km de São Luís), na última quarta-feira, foi preso um homem identificado como Alessandro Raul de Almeida, de 20 anos, que estava com um mandado de prisão em aberto.

De acordo com a polícia, ele estava sendo investigado pela participação em um latrocínio seguido de morte cuja vítima foi Danilo Bezerra Bezerra Sousa e de um homicídio praticado contra o seu companheiro, Arnaldo Dias Brito, que foi o autor do latrocínio.

Integra em estadodoma.com/431334

Militares de Mato Grosso presos por tortura no MA

Eles estavam a serviço de empresário mato-grossense para cobrar dívida de fazendeiro, em Santa Luzia, que foi submetido à cárcere privado e tortura

Policiais Militares do estado do Mato Grosso (MT) foram presos na noite de quarta-feira, 12, no município de Santa Luzia, suspeitos de cárcere privado e tortura. Outros dois presos que estavam com eles também foram levados para a delegacia local.

A prisão do grupo foi efetuada pelos policiais da delegacia de Santa Luzia. Os policiais presos foram o soldado Edoriel Tates Iniquês Albuquerque e o cabo Wellington Bispo Nunes, ambos da Rondônia Ostensiva Tática Móvel (Rotam). Outros, os dois foram transferidos para o prisão do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, no Calhau, em São Luís.

Localização

De acordo com o delegado Alex Andrade Coelho, os policiais da delegacia de Santa Luzia receberam a

informação, da delegacia de Buriacupui, de que trabalhadores de uma fazenda localizada no povoado Baixa, estavam sendo submetidos a cárcere privado. "Destacamos a nossa equipe para o local e constatamos a veracidade das informações", disse o delegado.

Quando os policiais chegaram ao local, os quatro trabalhadores que haviam estado em cárcere privado já estavam em liberdade. Em seguida os agentes realizaram buscas pela área e localizaram os policiais do Mato Grosso e outras duas pessoas, identificadas apenas como Oséias, que seria empresário naquele estado, e Agostinho. Os quatro foram presos em flagrante.

Com o quarteto, os policiais maranhenses em contramão duas pistolas ponto 40, pertencentes aos militares mato-grossenses, e duas uma espingarda calibre 12 de uso

restituído. "Realmente, os autores colaboraram em cárcere privado e amarraram os trabalhadores em um galpão", completou o delegado Alex Andrade.

Sobre a motivação para o delito, o delegado de Santa Luzia explicou que o quarteto de Mato Grosso veio ao Maranhão cobrar uma suposta dívida que o proprietário da fazenda maranhense tinha com o empresário mato-grossense, que também foi preso. Eles vieram cobrar um maquinário utilizado para a colheita de soja e diversas sacas do mesmo produto.

O soldado Edoriel Tates Iniquês Albuquerque e o cabo Wellington Bispo Nunes, depois de presos foram transferidos para o quartel da PM na capital maranhense. Lá, Oséias e Agostinho foram encaminhados para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Eles vão res-

ponder pelos crimes de cárcere privado, tortura, porte ilegal de arma de fogo e exercício arbitrário das próprias razões, que controvérsia pelo modo agressivo contra a cobrança da suposta dívida foi feita.

Implicações

Por meio de nota, a assessoria de comunicação da Polícia Militar do Mato Grosso informou que tomou conhecimento da prisão de dois policiais do Batalhão Rotam. Porém, ainda não recebeu nenhuma informação oficial sobre as circunstâncias e os crimes a eles imputados. Informou ainda que, além das implicações que estão sujeitos na Justiça Comum, um Inquérito Policial Militar (IPM) será instaurado pela Corregedoria da PMMT para apurar a conduta de ambos.

De acordo com o comandante do Políciamento Especializado (Esp) da Polícia Militar desse estado, coronel Henrique Correia Santos, os dois policiais viajaram após pedir dispensa para resolver questões pessoais. O comandante das unidades especializadas lamentou o fato ocorrido e reforça que a Polícia Militar repudia atos dessa natureza.

PF resgata motorista capturado por índios

Funcionário do MS foi sequestrado no último sábado, na aldeia Xingorenda, em Maranhãozinho

A Polícia Federal (PF) no Maranhão informou ontem que, na terça-feira, 11, duas equipes de policiais federais, com o apoio da 12ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), realizaram missão de resgate na aldeia indígena Xingorenda, da etnia turukano-capanos, no município de Maranhãozinho (distante aproximadamente 420 km de São Luís), de onde foi liberado

o motorista terceirizado do Distrito Sanitário Especial Indígena no Maranhão (DSEI/MA), do Ministério da Saúde.

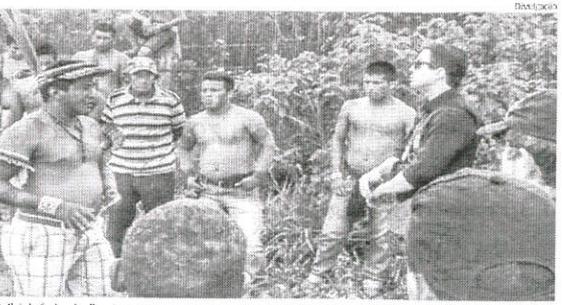
Cárcere privado

O referido motorista foi sequestrado no sábado, 10 e mantido em cárcere privado por lideranças indígenas locais como forma de reivindicação acerca dos servi-

ços de saúde prestados pelo DSEI na região.

Após negociação, acompanhada pelos indígenas da aldeia, o motorista foi liberado sem qualquer lesão corporal, sendo levado de volta ao município de Zé Doca. Será aberta inquérito policial na Superintendência de Polícia Federal do Maranhão para investigar os fatos.

Durante o decorrer das investigações, as lideranças indígenas identificadas como coordenadoras de ação delituosa poderão ser enquadradas no crime de extorsão mediante sequestro, tipificado no artigo 159 do Código Penal brasileiro.



Policiais federais discutem com os índios a liberação do motorista que estava preso na aldeia Xingorenda



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 14 / 07 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Matou a mulher a marretadas e suicidou-se

Frustrado na tentativa de reatar o relacionamento, o frentista matou a mulher a marretadas, enquanto dormia, e depois suicidou-se com um tiro de espingarda.

DOUGLAS CUNHA

Uma tragédia aconteceu ontem, a cidade de Timbiras, onde um homem, informado com a separação, matou, a golpes de marreta, a mulher e depois suicidou-se com um tiro de espingarda na parte posterior do queixo. O casal deixa quatro filhos menores na orfanidade: um menino e três meninas.

A trágica ocorrência aconteceu na madrugada de ontem, no bairro Horta, periferia de Timbiras, onde à 1h15 da madrugada de ontem, a vítima Maria Rodrigues de Azevedo, de 29 anos, foi encontrada morta em sua cama, onde foi assassinada a golpes de marreta pelo marido, o frentista Francisco Conceição dos Santos, de 31 anos, enquanto dormia.

Araido pelo estampido de uma espingarda "bate-bucha",



crianças ficaram na orfanidade com o ato impensado do pai

os vizinhos encontraram, no interior da casa da família, a mulher morta na cama e o homem morto na cozinha. Consta que o casal estava separado, mas Francisco Conceição voltou para casa para tentar uma reconciliação, o que não conseguiu e chegou ao gesto extremado. Há, porém, a presunção de que ele havia premeditado matar a ex-mulher.



Maria nunca pensou que teria fim trágico nas mãos de Francisco

SEM NOÇÃO

Policiais presos por sequestro em fazenda

Dois policiais militares foram presos em uma fazenda em Santa Luzia do Tide, onde mantinham funcionários em cárcere privado. Eles estavam a serviço de um agiota, cuja identidade não foi revelada. O soldado Ottoniel Sales Tats Albuquerque e o

cabo Wellington Borges Nunes pertencem a Polícia Militar do Estado do Mato Grosso e teriam sido contratados para fazer a cobrança de certa importância que o proprietário da fazenda

devia ao agiota.

A Polícia de Santa Luzia do Tide tomou conhecimento do fato e realizou uma operação que resultou na prisão dos dois militares mato-grossenses e soltura dos reféns, que estavam amarrados nas dependências da fazenda e sob ameaça dos "jagunços furtados". A Polícia Militar do Mato Grosso foi notificada do fato e já anunciou que medidas coercitivas serão adotadas contra seus dois policiais. (DC)

CRIME NA ALDEIA

Motorista sequestrado por indígenas é solto

Equipes da Polícia Federal, com apoio da Polícia Militar, realizaram operação de resgate na Aldeia Xingorendá, da etnia Urubu-Ka'apor, em Maranhãozinho, para libertar o motorista terceirizado do Distrito Sanitário Especial Indígena no Maranhão, do Ministério da Saúde.

Ele foi sequestrado no dia 8, sábado, e mandado em cárcere privado por lideranças indi-

genas, que assim protestavam do serviço de saúde prestado na região. Após a liberação, o motorista foi levado, sem lesões, para Ze Doca. A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar o sequestro. Os indígenas responsabilizados podem ser enquadrados por crime de extorsão mediante sequestro, conforme o Código Penal Brasileiro. (DC)



Federais negociaram e conseguiram libertar motorista refém